

A outra negociação

- 8 MAI 1984

por Pedro Cafardo
de São Paulo

Se os entendimentos políticos para definir o processo sucessório evoluírem como se espera, a oposição vai colocar em breve sobre a mesa das negociações a questão da política econômica. O tema voltou a ser discutido enfaticamente nos últimos dias, desde a rejeição da Emenda Dante de Oliveira pela Câmara Federal.

Ainda ontem, como apurou o editor José Casado, foi esse o assunto de discussão em um almoço no restaurante Massimo, em São Paulo, do qual participaram o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, os economistas Luciano Coutinho e João Manuel Cardoso de Mello, o senador Severo Gomes e o secretário dos Negócios Metropolitanos

do Estado de São Paulo, Almino Affonso.

As conversas partem de um ponto básico: qualquer que seja o acordo para viabilizar a sucessão, terá de incluir, para ser chancelado pela oposição, definições precisas sobre a política econômica a ser adotada pelo governo que surgir do entendimento. "As águas ainda estão turvas", disse a este jornal o senador Severo Gomes (PMDB-SP), "mas certamente só podemos apoiar um governo que acate as diretrizes básicas da política social defendidas pela oposição."

Este é o ponto, na opinião do senador, que vai certamente dificultar o entendimento do lado econômico. A adoção de uma política social somente será possível se houver um rompimento dos acordos com os credores externos, que obrigam o País a adotar a

via da recessão e do desemprego.

O rompimento com o FMI, portanto, seria o caminho para a retomada do crescimento econômico. Mas, dentro do próprio PMDB, já há posturas menos radicais. A professora Maria da Conceição Tavares, um dos expoentes entre os economistas da oposição, já admite que a recuperação seria possível mesmo mantendo o "mal-dito" programa acertado com o FMI. Se o atual governo quisesse, disse ontem, no Rio, a economista, as folgas fiscal e na balança comercial poderiam ser aproveitadas para a criação de um programa de emergência contra o desemprego e para estimular a atividade econômica via importações mais generosas.

"Sem a política social efetiva, os Lulas e Brizolas nos comeriam rapidamente", disse o economista Luciano Coutinho, diretor do Conselho Regional de Economia — São Paulo e da Fundação Pedroso Horta, do PMDB. Um dos autores da parte econômica do documento "Esperança e Mudança", que define as linhas programáticas do partido, Coutinho adverte que não será possível abrir mão de alguns compromissos básicos, como a retomada do desenvolvimento econômico, a suspensão do pagamento da dívida externa por cinco anos, a reforma tributária e a mudança da política salarial.

Severo e Coutinho lembram que Ulysses Guimarães voltou a incluir esses pontos em seu discurso no Congresso, às vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira. Apesar dessas definições, o professor Dêcio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, te-

me que as oposições venham a assumir o poder sem ter à mão um projeto econômico consistente. Na pior das hipóteses, disse Munhoz à repórter Maria Clara R. M. do Prado, o Brasil caminha para um governo de transição com algum tipo de compromisso com as oposições, e, nesse quadro, os partidos têm de dispor de um programa.

O lado econômico da negociação passa também pelo entendimento com os setores empresariais.

A CNI, por exemplo, deverá levar a Brasília na próxima quinta-feira, pela mão de seu vice-presidente, senador Gabriel Hermes (PDS-PA), três propostas de subemenda à emenda enviada ao Congresso pelo presidente João Figueiredo. A principal delas, como explicou o senador Hermes, sugere que o Executivo seja totalmente impedido de legislar por decretos-leis. Na emenda Figueiredo essa restrição afeta apenas a legislação de matéria tributária.

(Ver página 3)